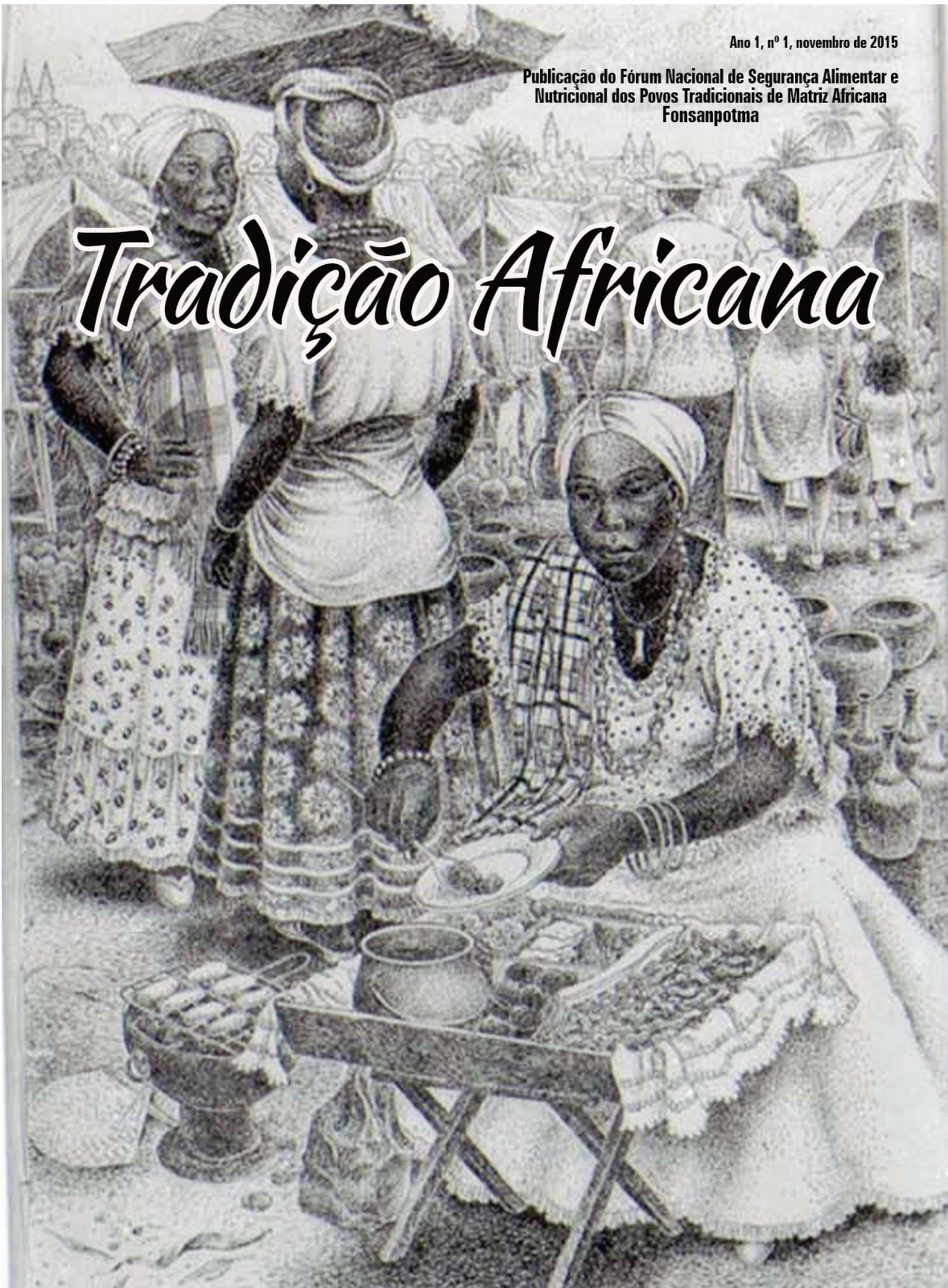




Ano 1, nº 1, novembro de 2015

Publicação do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e
Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana
Fonsanpotma

Tradição Africana

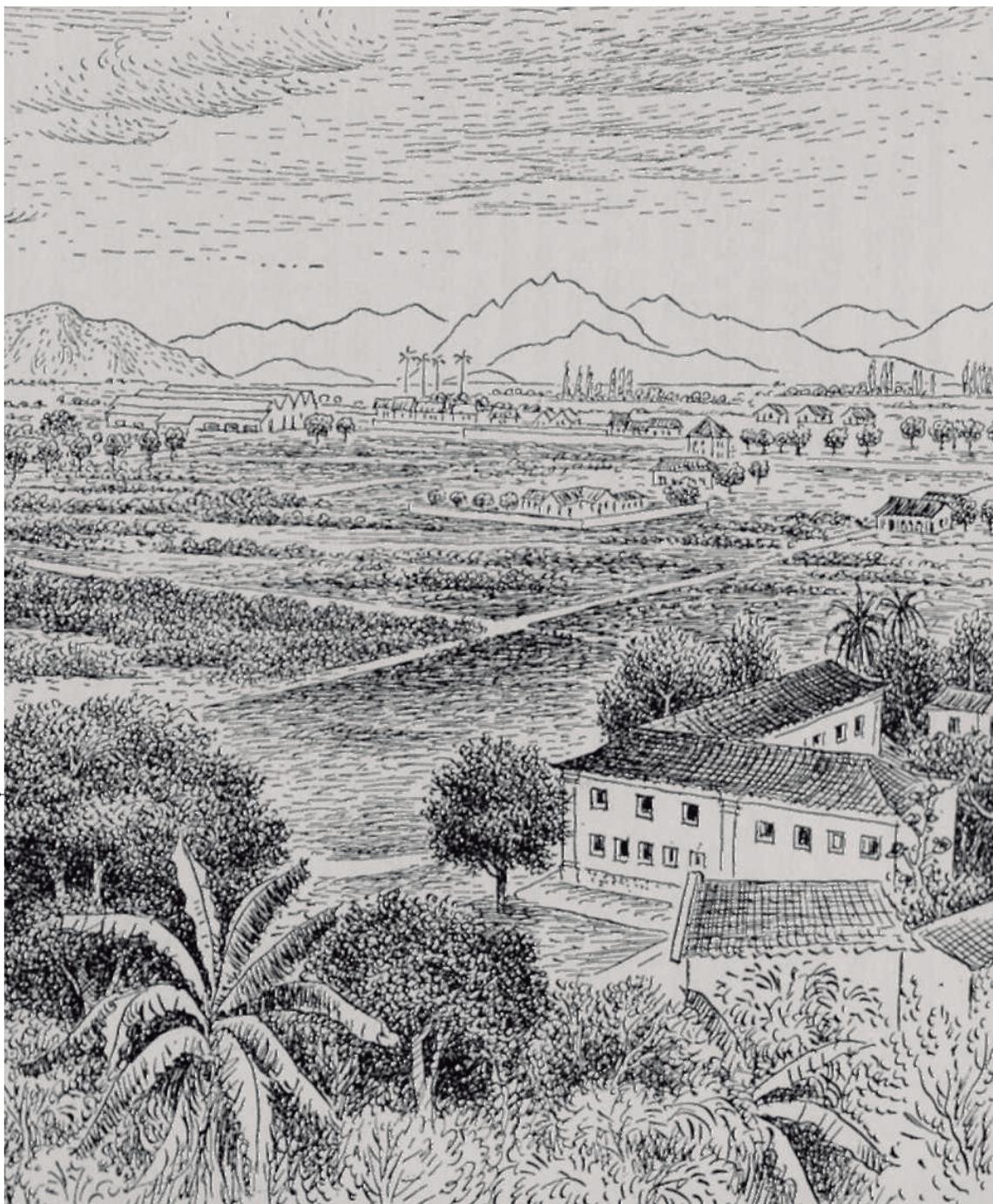


“Trate bem a Terra. Ela não foi doada a você por seus pais. Ela foi emprestada a você por seus filhos.”

Provérbio africano



Tradição Africana — Publicação do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (Fonsanpotma)
Edição nº 1, Ano 1, Novembro de 2015 — Brasília-DF
Tiragem: 100 exemplares.
E-mail: tradicaoaficana@gmail.com
tradicaoaficana.blogspot.com
www.facebook.com/blogtradicaoaficana



**“Se o muro que
me impede
de avançar
é o racismo
vou derrubar
com minha
consciência
negra.”**

Eli Odara Theodoro

Conselho Editorial: Kota Mulanji (Regina Nogueira); Makota
Kisandembu (Tânia Cristina); Tata Edson (Edson Nogueira);
Daniel Garcia Dias

Redação, edição e editoração:

Rosane Garcia e Solon Dias

Imagens: ilustrações de Percy Lau, acervo da Biblioteca do
Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo,
coletadas pela internet



“Somos os guardiões das origens, somos os conhecedores das tradições seculares. Tratamos a terra e a água como seres concretos que nos acolhem como filhos e aos quais devemos referência de pais.”

Consenso entre os integrantes do Fonsanpotma



Apresentação

O Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (Fonsanpotma), movimento autônomo, foi criado, em 2011, a partir do consenso dos participantes desse segmento social, escolhidos no âmbito municipal e estadual para representá-lo na 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Salvador.

A organização aglutina autoridades e líderes tradicionais de matriz africana, em 23 das 27 unidades da Federação, pertencentes aos troncos linguísticos banto, jeje e iorubá cujos ancestrais foram vítimas do regime escravo vigente no Brasil, entre os séculos 16 e 19.

O Fórum tem como missão elaborar e promover a construção de políticas públicas que contemplem soberania alimentar e nutricional, de acordo com a tradição e a

cultura dos povos de matriz africana.

Hoje, 4 anos depois, o Fonsanpotma chega à 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que se realiza, em Brasília, de 3 a 6 de novembro, e que tem como tema “Comida de verdade no campo e na cidade”. O Fórum desembarca no encontro com um portfólio de ações e participações em colegiados.

Nesse curto período, o Fonsanpotma fez escalada edificante a fim de construir sistemas que assegurem a soberania alimentar e nutricional dos povos que representa, oferecendo à sociedade brasileira comida de verdade compartilhada com o sagrado. Isso poderá ser visto nesta primeira edição da revista *Tradição Africana*, resultado do esforço do Fórum, com o intuito de dar visibilidade às iniciativas desenvolvidas.

Coordenação do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana — Fonsanpotma

Kota Mulanji

Coordenadora-geral

Fadaká

Coordenação Administrativa

Ya Dolores e Mae Bia

Coordenação Financeira

Tata Edson

Articulação Política

Makota Kissandembu

Vodunsi Alberto Jorge

Coordenação de Comunicação

Muzenza Kitanji

Vodunci Cleyton

Coordenação da Juventude

Mãe Nalva

Ya Vera Soares

Coordenação de Mulheres

Câmara Técnica

Daniel Garcia Dias

Jayro Pereira de Jesus

Júlio Braga

Klebio

Nkosi Nambá (Wanderson Flor do Nascimento)

Pai Luciano

Paulo Oliveira

Richard Gomes

Rosane Garcia

Solon Dias

Vilma Piedade



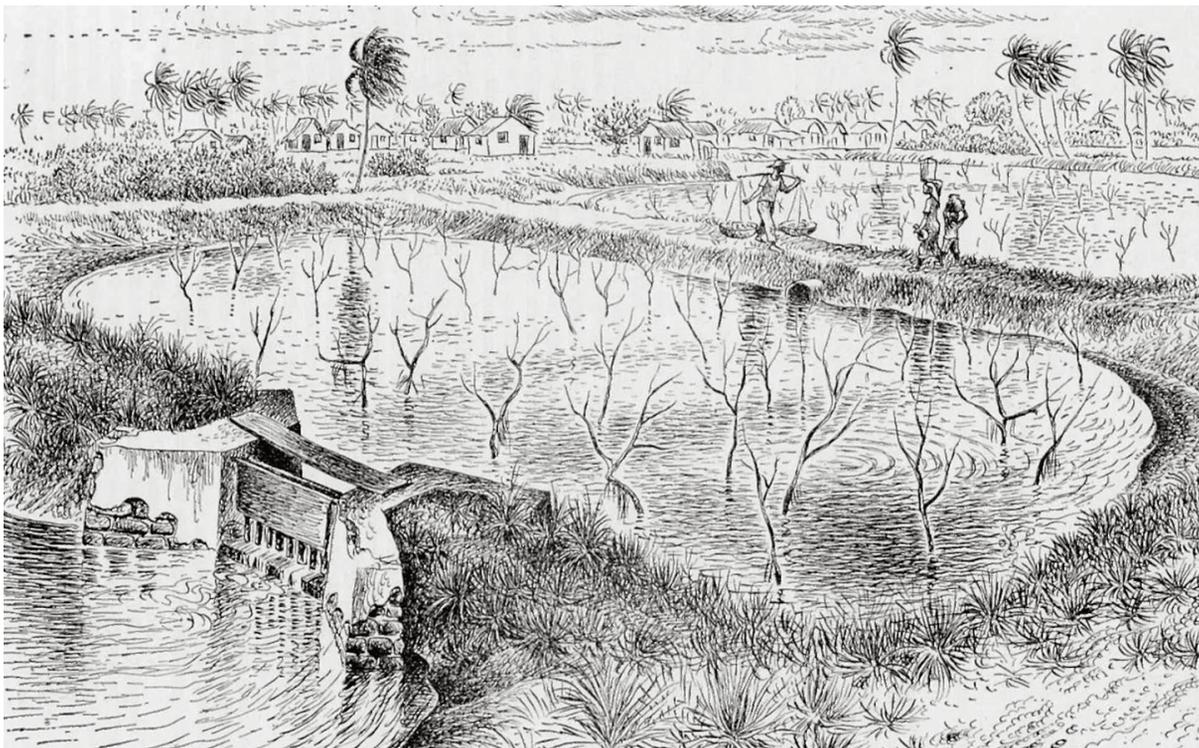
No curso de Saúde da População Negra (Embu das Artes, 2013), Húlio Moracén afirmou que não podemos esquecer a determinação intergeracional dos fatores sociais nas doenças. Ele lembrou que no primeiro ciclo da cana-de-açúcar e na primeira leva de africanos escravizados, o povo bantu foi distribuído para as regiões Sul, Sudeste e Norte, assim como o povo indígena. Nesse ciclo, emergem o diabetes e o alcoolismo.



O que é o Fonsanpotma

O Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA) é constituído por representantes dessas populações que seguem os princípios civilizatórios da matriz africana, como alimentação, língua, vestimenta e organização territorial próprias.

- A organização se mantém e se perpetua em resistência à tentativa de epistemicídio e genocídio iniciados no continente africano, por meio de séculos de escravização, e se estende até hoje como reflexo da diáspora.
- O processo de escravidão sequestrou seres, ideias, símbolos e a humanidade dos negros submetidos ao regime de atrocidades. O modelo capitalista segue o mesmo modelo ao não poupar nada nem ninguém para obter lucro em favor dos que estão no topo da pirâmide da estratificação socioeconômica.
- O Fonsanpotma está representado no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), na condição de suplente, embora tenha sido a primeira organização de grupo específico a discutir segurança alimentar e nutricional e a desenvolver trabalhos, entre outros, como integrante do Comitê do Ano Internacional da Agricultura Familiar Camponesa e Indígena.
- Construiu, com outras lideranças, o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.
- Participou da comitiva brasileira ao Simpósio de Avaliação do PAA na Etiópia.
- Organizou, com parlamentares federais, a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, hoje empenhado em fomentar a construção de teia de parlamentares em todas as unidades da Federação.
- Atua nos legislativos federal, estaduais e municipais a fim de coibir a aprovação de leis que impeçam o abate de animais, o que contraria o direito à alimentação de acordo com a tradição dos povos de matriz africana.
- Participa de 21 comitês de gestão e distribuição das cestas de alimentos.
- Em 10 unidades da Federação tem representantes nos Conseas estaduais.
- Atua na construção de sistemas de segurança alimentar e nutricional nos estados e municípios.
- Incentiva e fomenta a autonomia e a busca pela soberania alimentar dos povos tradicionais de matriz africana, bem como a organização da produção sustentável de produtos nos territórios desses povos, por meio de cooperativas de produtores e consumidores.



Para os povos tradicionais de matriz africana, a água é alimento e elemento sagrado. Defendem que produção de alimentos não pode implicar sofrimento a qualquer ser vivo a fim de que possam ser compartilhados com as divindades.

O sagrado à mesa de todos

Em setembro de 2014, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) anunciou que o Brasil foi excluído do Mapa Mundial da Fome. O país conseguiu reduzir em 82% o universo de famintos. Mas, ainda hoje, nos deparamos com cenas degradantes de pessoas que não têm um grão para comer ou, quando comem, o alimento ingerido é insuficiente para suprir as necessidades do organismo. Enquanto isso, milhões de toneladas de produtos vão para o lixo. O desperdício é tão ou mais grave em relação à água cuja oferta no planeta vem sendo, cada vez mais, escassa.

No processo de preparação para a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Brasília, o Fonsanpotma construiu 13 propostas para defender no encontro. O intuito é disseminar a importância do alimento na perspectiva dos ancestrais, que deram expressiva contribuição ao cardápio brasileiro.

Para o Fonsanpotma, água, seriamente ameaçada pelos modelos de desenvolvimento econômico de exploração do solo do patrimônio ambiental, deve ser entendida como alimento sagrado, e não só como recurso hídrico e matéria-prima do setor produtivo industrial e agrope-

cuário. “Água alimenta”, diz o documento-síntese das proposições do Fórum, para o qual o elemento deve ser reverenciado, assim como a terra, a grande morada de todos os seres.

A culinária dos negros — pessoas sequestradas em seus territórios originários no continente africano e submetidos à tortura da escravidão — foi um dos instrumentos de resistência. Hoje,

grande parte do cardápio está associado ao sagrado dos afrodescendentes, nas suas mais diferentes formas de expressão, e tem amplo consumo à mesa dos brasileiros. A combinação de produtos vegetais e animais oferece um cardápio equilibrado, que reúne todos os ingredientes necessários ao bom funcionamento do corpo e ao bem-estar das pessoas.

As propostas

- 1 — Compreender como povos e comunidades tradicionais, as populações originárias (índios), as nômades, as ciganas, as tradicionais de matriz africana, além das comunidades quilombolas, ribeirinhas, quebradeiras de cocos e outras.
- 2 — Elaborar projetos estruturantes para o reconhecer e assegurar terra aos agrupamentos que se autodeclarem povos tradicionais de matriz africana como garantia da soberania alimentar.
- 3 — A defesa incondicional da prática tradicional de matriz africana em solo brasileiro que passa:
 - a) a produção sem sofrimento dos alimentos
 - b) o ritual que sacraliza os alimentos; e
 - c) o abate tradicional dos animais que compõem nosso sistema alimentar tradicional.
- 4 — A defesa da água, não apenas como recurso hídrico, mas como alimento e elemento sagrado.
- 5 — Relações multilaterais com países africanos não apenas no que se refira à produção de alimentos, mas também à preservação de suas práticas tradicionais alimentares.
- 6 — A terra e a água como direitos humanos.
- 7 — A constituição de Documento de Aptidão Produtiva (DAP) Tradicional (DAP-T) que compreende poder produzir em terras coletivas dos povos e comunidades tendo como garantia as cooperativas e as associações de produção destes segmentos.
- 8 — A garantia de ter os territórios dos povos tradicionais de matriz africana e as comunidades quilombolas protegidos e reconhecidos como espaço de interesse cultural, social e econômico das esferas federal, estaduais e municipais;
- 9 — O compromisso dos entes federados na luta contra o racismo, os abusos ambientais, a intolerância religiosa e o genocídio físico e imaterial da população negra;
- 10 — O fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com o reconhecimento dos espaços territoriais dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (terreiros), tornando-os equipamentos dada a capacidade instalada no território para produzir e comercializar alimentos a todos os seres e distribuição de alimentos para a população em geral.
- 11 — O fortalecimento dos espaços de controle social do Sisan com a inclusão, em todas as esferas, de povos e comunidades tradicionais.
- 12 — O reconhecimento de que tanto os povos tradicionais quanto as comunidades tradicionais são mantenedores da alimentação autossustentável e de qualidade para os grupos assim identificados.
- 13 — A luta e preservação do estado democrático, laico, com respeito à biodiversidade e à igualdade de gênero — geracional e racial —, sem nenhum retrocesso nos ganhos dos direitos trabalhistas, sociais e políticos.



Sabores das divindades no dia a dia

O cardápio de oferendas da tradição africana é farto em grãos e hortaliças, com baixo teor de sal, mel, sem nada de açúcar refinado e contempla proteína animal. No sagrado, os pratos levam cebola, que é diurético, e dendê, que tem gordura insaturada no mesmo teor do óleo de coco, e calorias de qualquer azeite de origem vegetal. A co-

mida é feita com energia — não é produção mecânica —, desde a colheita natureza até a conclusão do preparo.

“Nossa proposta é recuperar a tradição de que tudo é sagrado, compreendendo que tudo que é sagrado está no cotidiano, deixando de lado males, como sal, açúcar e outros produtos, que comprometem a saúde”, defende a coordenadora-geral

do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (Fonsanpotma), médica pediatra Regina Nogueira, a Kota Mulangí.

Quando a entidade desembarcar na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, marcada para o período de 3 a 6 de novembro próximo, com essa visão estará levando em conta o cardápio construído pelos negros vítimas da diáspora.

No ambiente efervescente que aglutinará a diversidade e a pluralidade do Brasil, o Fonsanpotma mostrará a alimentação tradicional de matriz africana, a mesma que é compartilhada com a natureza, elaborada a partir de uma agropecuária que respeita os ecossistemas e que oferece produtos sem submeter a risco a vida de todos os seres.

De acordo com a coordenadora do Fórum, foi fácil chegar a esse conceito: ela conta que se lembrou dos ensinamentos de sua mameto Ndandalakata dentro do mato, que lhe indagou: “Vai colocar vela no pé da árvore? Ela tem luz própria. Você come vela? Se não, por que oferecer à natureza aquilo que a destrói?”

Regina aprendeu e disseminou o ensinamento de Ndandalakta. E é essa atmosfera que traz o sagrado para a vida no mundo e nos orienta a ter relacionamento harmonioso com a natureza, fonte dos meios indispensáveis ao equilíbrio do bem maior de todos: a vida.

DOENÇAS

Às vésperas da 5ª Conferência de SAN, o blogue Tradição Africana (tradicaoafricana.blogspot.com) propôs a Regina Nogueira relacionar a alimentação dos povos tradicionais a doenças que, entre outras, preocupam especialistas: obesidade, diabetes e hipertensão. “Elas impactam a população brasileira, de forma contundente, os negros a negra,

e na parcela dos que compõem o povo tradicional de matriz africana”, diz a médica.

Entre as diversas formas de reverenciar a natureza e as divindades de matriz africana, Regina ilustra a reflexão com a tradicional homenagem a Cosme e Damião, dedicada às crianças (vunji ou ibeji). Em uma concepção, aos pequeninos são oferecidas frutas e água, sendo o caruru (mistura de quiabo, camarão, dendê, castanha, coco e pouquíssimo sal) a alimentação principal. Em outra, o cardápio oferecido é diferente: cachorro quente — um composto de salsicha e pão, acrescido de molho de tomate, refrigerante, doces e salgadinhos. Tudo industrializado. E verifica-se que ambas as visões podem ocorrer no mesmo cenário da tradição africana.

“O propósito é tornar os alimentos compartilhados com as divindades referência da dieta diária”

Regina Nogueira, médica pediatra e coordenadora Nacional do Fonsanpotma

MERCADO

Segundo Regina Nogueira, essa dicotomia é imposta pelo mercado. Ao mesmo tempo em que é servida alimentação industrializada e embalada segundo as práticas sujeitas a interferências danosas à saúde, também são oferecidos alimentos destinados às divindades, de acordo com os princípios tradicionais, que nos mantêm vivos e permite interação entre o sagrado e o humano.

“O propósito é tornar os alimentos compartilhados com as divindades referência da dieta diária”, acrescenta a médica. “Está na hora de o povo tradicional de matriz africana não ter uma alimentação tradicional apenas no culto ao sagrado, mas, sim, que tudo seja sacro, desde a produção até o consumo, sem implicar dor a qualquer ser vivo, e lutar para que esses alimentos façam parte do cotidiano”.

Texto, originalmente, publicado no blogue tradicaoafricana.blogspot.com

ARTIGO

**Juliana Kitanji¹**

Coordenadora Nacional de Juventude Fonsamptama e estadual de Articulação Política do Fonsanpotma em São Paulo

¹Nome da libertação recebido ao ser iniciada na tradição de matriz africana, filha de mametu Ndandalakata, neta de mametu Loaba e de tata Laercio, bisneta de Olegário. Juliana Goulart Nogueira é bacharel em gestão de empresas, com enfoque em recursos humanos pela Universidade Nove de Julho (Uninove, SP). Coordenadora financeira da Terra Viva e da Juventude do Movimento Nação Bantu (Monabantu)

Artigo originalmente publicado na revista Juventude e Meio Ambiente (2014), produzida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Ser humano é ser coletivo

“Quando nasce alguém na tradição de matriz africana, nasce um defensor do meio ambiente”

Na ancestralidade, em África, detínhamos uma consciência coletiva sobre a existência, seguindo princípio Ubuntu: “Eu sou quem sou, porque somos todos nós”. Uma matriz com princípios, como o da solidariedade e da circularidade, em que o ser não é interdependente, nem dependente, mas coletivo. Ser humano é ser coletivo.

Essa humanidade coletiva que encara a mais frágil das formigas como quem mantém a existência de todos — em que o sangue pesa mais que água, mas a água está compreendida em todos os sangues vegetal, animal ou mineral — é que constitui a base de ensinamento de os todos que se autodeclararam povos tradicionais de matrizes africanas.

Com o passar dos séculos, essa consciência de humanidade contactou com outras visões de mundo. O princípio de existência do cristão e da ciência europeia diz que “existo porque creio em Deus e sou a própria semelhança dele” e “penso, logo existo” se contrapõe à existência coletiva, é excludente e dá margem à exploração de um ser por outro, retira a natureza como centro e coloca o humano como referência da criação, portanto acima da natureza.

A estratégia de reconstruir o caminho nessa tradição compreende entender o que somos e o que a natureza é. Somos compostos de nitrogênio, carbono, oxigênio, hidrogênio, em menor ou maior proporção, nessa ou naquela combinação. Dessa forma, modificar a água, a terra, o ar, gerar o fogo, o vento ou a chuva significa mexer com o meu corpo, com a minha natureza. O contexto da água, da terra e do ar perpassa o recurso e se torna a própria vida. Assim, não interajo com o meio, eu o interpenetro com todas as forças da natureza.

A questão do desenvolvimento, premente para todos e todas e com enfoque na juventude, passa a ser problema quando é vencedora e majoritária a visão que coloca o ser humano no centro e ele utiliza e usa tudo e todos como recurso para obter e acumular ganhos e, inclusive, o próprio recurso. Assim a terra é propriedade e não matriz; a água é propriedade, e não mãe; o vento é recurso; e, assim, tudo da natureza. No Ocidente, não se cuida da natureza. Ela é guardada para continuar sendo explorada.

O cuidar no mundo contemporâneo não tem lugar. O cuidar é serviço mal remunerado, desvalorizado; portanto, o que se ganha ao cuidar

da natureza? O imediatismo da nossa geração contemporânea nos permite estar ligado ao mundo, acompanhar catástrofes e lindos momentos on-line. Faz com que necessidades essenciais, como alimento, roupas, músicas e, inclusive sexo, estejam ao nosso alcance de forma imediata, o que nos torna poderosos sem acessar nenhum tipo de símbolo ou sistema tradicional, que nos coloca em posição de cuidador de pessoas, objetos e natureza, que faz tocar na terra, na água e sentir o ar e que o resultado é a longo prazo.

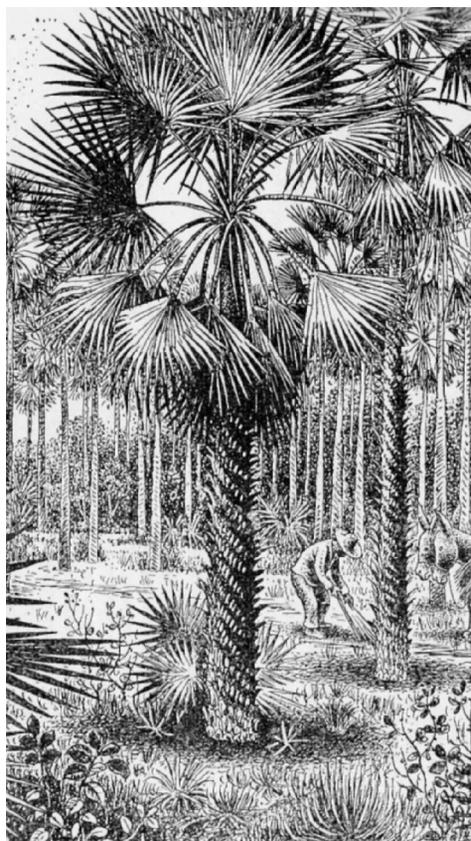
Na tradição, quem ensina cuida. No capitalismo ocidental, quem anuncia dados e catástrofes é também beneficiado e mantenedor do mesmo sistema que destrói. Chegou a hora de o mundo refletir sobre a resistência dos povos tradicionais de matriz africana, como forma real e atual de manutenção da natureza.

Os terreiros, unidades do povo, são como a semente que guarda dentro de si a virtualidade da árvore. Eles guardam a continuidade da tradição. Ser virtual é estar presente sem a concretude. Todos nós sabemos que a semente compreende a árvore, mas que para a árvore se concretizar, muitos processos devem acontecer, e o resultado depende de diversos

**“Os terreiros,
unidades do povo,
são como a semente
que guarda dentro
de si a virtualidade
da árvore.**

**Eles guardam a
continuidade
da tradição”**

Juliana Kitanji

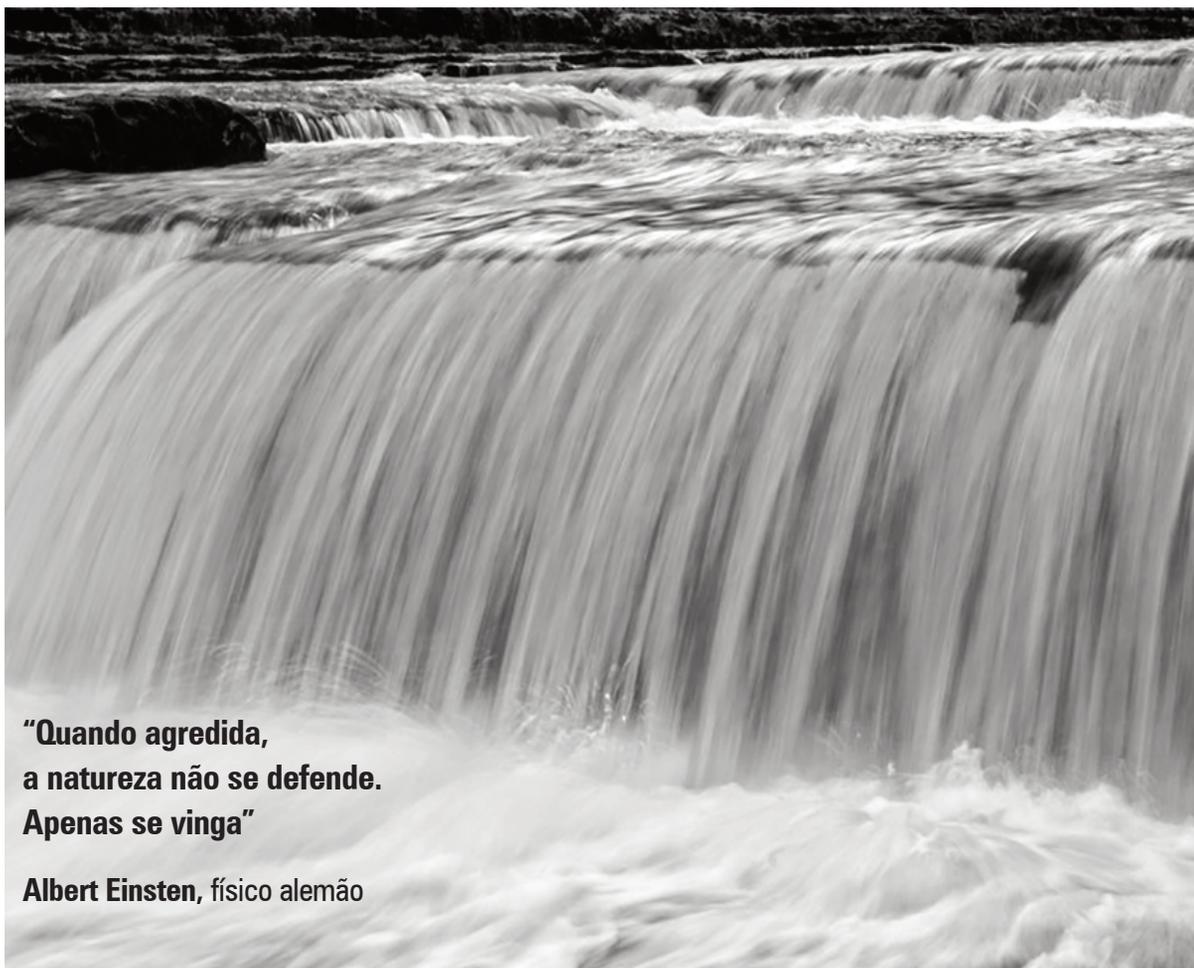


fatores que a possibilitem nascer e crescer.

“Assim, como a árvore é o virtual contido na semente, a vivência dos jovens dentro da tradição de matriz africana atualiza a virtualidade do terreiro.” Constituir consciência civilizatória, e ela construir os jovens tradicionais de matriz africana, esse é o papel dos terreiros tradicionais. Tudo faz parte da vivência: a hierarquia, o aprender, o criar e o transformar.

Muitos jovens não se atualizam, ou seja, não dão continuidade e isso também está contido no plano do sistema capitalista e no sistema tradicional, tanto que a roda se mantém aberta e suas canções não esquecidas. Quem quiser pode voltar, pois consciência não se perde e pode sempre se acionada.

Essa juventude de alguns escolhidos pelas divindades para se tornarem zeladores desses princípios, e todos os seus multiplicadores, agora sai da invisibilidade protetora e vem a público dizer que, para além do terreiro, temos proposta para o mundo. Queremos um desenvolvimento coletivo, circular e horizontal, em que todo ser vivo é considerado como primordial, merece nascer, crescer, viver e morrer com dignidade e como sagrado que é.



**“Quando agredida,
a natureza não se defende.
Apenas se vinga”**

Albert Einsten, físico alemão

Água, um direito humano

Durante debate em encontro temático sobre água, ocorrido em 23 e 24 de setembro último, em São Paulo, o Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (Fonsanpotma) defendeu o acesso à água de qualidade como direito humano inegociável. Além de reconhecer que água é um direito humano, os povos tradicionais de matriz africana consideram-na um elemento sagrado, que alimenta e é alimentado e não apenas recurso hídrico em favor das populações do mundo.

Em meio às intensas discussões sobre crise hídrica no Brasil, o Fonsanpotma considera respon-

sabilidade de todas as ações em defesa da água, levando ao uso racional da terra e a proteção às nascentes, mananciais e florestas. A entidade acredita que as mudanças climáticas que estão ocorrendo no planeta são fruto do desrespeito e lembra abordagem feita, a propósito, pelo físico Albert Einsten: “Quando agredida, a natureza não se defende. Apenas se vinga”.

Embora tenha havido avanços nas políticas públicas para o setor, o estado não tomou a frente na criação de medidas que estabeleçam regras de preservação deixando de lado importantes contribuições da sociedade civil. O Fonsanpotma reconhece os avanços, principalmente as experiências

como a semiárido a partir de 2011. O programa Água para Todos, ação do Plano Brasil sem Miséria, instituiu como meta a universalização do acesso à água via cisternas naquela região até 2014.

Entre 2011 e 2014 foram entregues mais de 98,6 mil tecnologias sociais que podem armazenar até 52 mil litros de água para produção no Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC e P1+2).

Nessa ação pública, tem papel reconhecido o trabalho desempenhado pela Articulação do Semiárido (ASA), uma rede de organizações da sociedade civil, que desenvolve ações relacionadas à “convivência com o semiárido”. Reconhecendo seu papel na defesa da cidadania, o Fonsanpotma solicitou a inserção dos fóruns estaduais de segurança alimentar e nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana na ASA.

Para a efetivação do direito universal ao acesso à água se faz necessário o fortalecimento

e implementação de políticas que preservem as bacias hidrográficas, manguezais, margens dos rios, cursos d’água, rios, riachos, córregos, veredas, nascentes e oceano. O Fórum reivindica o reconhecimento do seu papel na preservação e cuidado das águas. Esclarece que esta ação também pode se dar na forma de recuperar os territórios das práticas dos povos tradicionais a partir dos seus princípios.

TECNOLOGIA SOCIAL

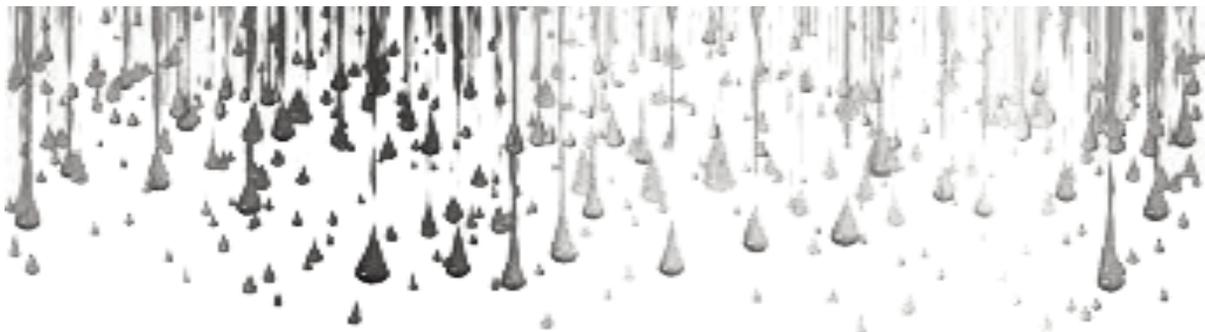
Considera-se tecnologia social todo o produto, método, processo ou técnica, criado para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado.

PROPOSTAS

A par do debate nacional que trata das políticas que envolvem modelos de preservação dos recursos hídricos, o Fórum vai atuar fortemente na cena institucional das questões da água. E apresenta para a 5ª Conferência de SAN, quatro propostas orientadoras de suas ações nessa temática:

1. Efetivar e ampliar as instalações de cisternas para o reaproveitamento da água da chuva, de modo a favorecer além das populações em estado de vulnerabilidade, também os quilombolas e os territórios dos povos tradicionais de matriz africana;

2. Garantir proteção aos mananciais, nascentes e florestas através da fiscalização dos órgãos públicos e da conscientização da população em geral;
3. Criação de mecanismos que garantam o efetivo controle social dos processos de ocupação humana e da utilização dos recursos naturais no entorno e na bacia hidrográfica onde se localizam os territórios dos povos e comunidades tradicionais, visando reduzir os impactos negativos desses processos;
4. Propor legislação em que a água e a terra sejam reconhecidas como direitos humanos.



GÊNERO



Pelo protagonismo da mulher negra

Líderes dos povos tradicionais de matriz africana, reunidas em Porto Alegre (RS), em agosto último, reafirmaram que as mulheres desempenham papel estratégico na garantia da segurança alimentar e nutricional.

Ao fim do encontro, concluíram que são produtoras e responsáveis pela alimentação dos integrantes da família. Segundo o grupo, a produção e preparação da comida são vistas como poder das mulheres. “Entendemos que relegar a alimentação a um segundo plano é princípio de natureza eurocêntrico, que a considera tarefa menor”, acrescentaram.

Para as mulheres da tradição africana, contrapor-se à insegurança alimentar significa combater

a hegemonia do pensamento ocidental. O sucesso dessa tática ajuda a compreender melhor o papel da alimentação. As organizações que lutam por segurança alimentar devem adotar estratégias contra o patriarcado europeu.

As desigualdades de gênero se manifestam fortemente no acesso às políticas públicas e na seleção de tarefas no trabalho. O estado deve ser o responsável por reparar os danos causados pelo sequestro de homens e mulheres que eram livres em território africano e acabaram escravizados no Brasil. Para que o país cumpra seu dever, é necessário radicalizar a luta contra o racismo e o machismo, uma vez que as Nações Unidas reconheceram a escravidão como crime de lesa-humanidade.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2013) mostra que as mulheres recebem o equivalente a 73,5% do rendimento masculino, ainda que possuam mais anos de escolaridade. A diferença se acentua ainda mais na área rural. A Pnad 2013 também revelou índice de insegurança alimentar grave nos domicílios chefiados por mulheres (3,9%), maior que nos domicílios chefiados por homens (2,8%).

Outro importante indicador das desigualdades nas relações de gênero é o tempo despendido com as tarefas domésticas. Segundo os dados da Pnad de 2012, as mulheres gastam em média 20,8 horas semanais realizando as tarefas domésticas, enquanto o público masculino dedica apenas 10 horas. A desproporção na divisão sexual do trabalho doméstico aumenta nos domicílios rurais: as mulheres gastam cerca de 26,6 horas semanais enquanto os homens gastam 10,1 horas semanais com afazeres

domésticos. Estes índices são ainda mais acentuados quando se trata de mulheres negras.

As mulheres representam 93% dos titulares do Programa Bolsa Família. Destas, 68% são famílias negras. Em relação ao Programa Brasil sem Miséria, 67% das matrículas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Institucional (Pronatec) são de mulheres. Ainda persiste, contudo, o desafio da superação das desigualdades nas relações de gênero, raça e etnia para a garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional.

O desenho de diversas ações estatais nas esferas municipal, estadual e federal, conforme revela a maioria das pesquisas e análises socioeconômicas, ainda se baseia em referenciais do universo masculino, que tornam invisível a participação feminina e subestimam a atuação das mulheres como protagonistas de direitos e agentes sociais.



PROPOSTAS

O encontro de Porto Alegre ressaltou a importância de estratificar todos os dados de gênero, tanto por raça quanto por povos e comunidades tradicionais. Além disso, foram extraídos na reunião os principais pontos, a seguir, a serem defendidos na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

1. Garantir e fomentar o direito das mulheres negras, indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais ao acesso igualitário às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (terra, saúde, educação, Ater, crédito, etc);
2. Desburocratizar o acesso ao crédito, implan-

tando programas de financiamento às mulheres, jovens rurais, indígenas, quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais, revendo as exigências que impossibilitam o seu acesso;

3. Reconhecer o papel estratégico das mulheres na luta pela garantia da soberania alimentar, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, garantindo acesso a políticas públicas (documentação, crédito, financiamento, assistência técnica, comercialização, educação, saúde, geração de renda) em especial para povos e comunidades tradicionais;
4. Paridade de gêneros na composição dos conselhos.



Tradição e mercado

O cooperativismo poderá conquistar espaço no ambiente do sagrado no Rio Grande do Sul. Para isso, o Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (Fonsanpotma) está desenvolvendo projeto de implantação de Cooperativa de produção, comercialização, consumo e crédito.

A ideia é implantar modelo de produção e consumo respeitando os conhecimentos das comunidades tradicionais no trato com a terra, condições ambientais e nas relações interpessoais. Seus idealizadores pretendem resgatar o conceito de segurança alimentar tendo o consumo como indutor do desenvolvimento.

Para o historiador e babalorixá gaúcho Luciano Souza (Babá Omy Luciano de Oxalá) os povos tradicionais de matriz africana inserem na sociedade práticas de consumo de bens e serviços destinados ao sagrado, mas sempre estiveram em desvanta-

gem devido à desinformação de seus integrantes e ao preconceito da sociedade envolvente. Agora, com a Cooperativa, o segmento vai ampliar as práticas da tradição no uso do solo, na criação e produção de animais, no aproveitamento racional da água e no respeito às condições ambientais.

O modelo que se pretende implantar considera a agricultura, o cooperativismo e a economia solidária como um todo. A solidariedade entre os diversos atores que produzem e comercializam tem relação com a tradição do sagrado, mas também tem interesses com o processo produtivo, como as condições sanitárias do alimento, por exemplo.

Uma das barreiras que vêm dificultando a implantação do modelo sustentável é a desinformação. Secularmente, ela permitiu a expropriação da identidade dos descendentes dos escravos no Brasil. “Eles eram produtores e foram expropriados no capital humano.”

Luciano Souza deixa claro que buscar o meio cooperativado de produção com base em um processo socialmente responsável, autônomo e que leve em conta as práticas de consumo com uma nova dimensão, não prescinde do acesso aos recursos legalmente previstos para a atividade produtiva das comunidades.

“O fato é que a informação permite saber quem nós somos para exigirmos nossos direitos. Temos que obter o reconhecimento do governo para nos inserirmos no Plano Nacional de Desenvolvimento sustentável”, diz o historiador, preocupado com a falta de acesso aos recursos disponíveis e apontando para um caminho: “não assumimos nossas responsabilidades perante o crédito e outros mecanismos disponíveis por falta de informação”.

O Mercado Público de Porto Alegre representa para o Fonsanpotma e também para Luciano, um emblema da desinformação. O local,

cartão postal da capital gaúcha, é dominado por atividades comerciais que na prática exclui a atividade econômica dos povos tradicionais de matriz africana. Justamente em um espaço que, mais de 100 anos atrás, comercializava a produção resultante do trabalho de uma parte da população sem autonomia.

No mercado Público, ainda hoje, só nos enxergam quando estamos realizando algum evento do sagrado. Eles têm que nos ver como pessoas de mercado. Nós temos que nos posicionar no mundo capitalista como consumidores. As demandas por consumo têm que ser atendidas. E conhecer os mecanismos produtivos vai nos levar a aperfeiçoar o atendimento a essa demanda. Um bom exemplo é o trato da comercialização de animais para a sacralização. Esses animais têm que ter certificação em saúde e nas especificidades de todas as demandas.

MERCADO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

A abolição da escravatura não garantiu autonomia aos libertos. Tampouco criou condições de mobilidade econômica para os povos tradicionais de matriz africana. Como não havia interesse do governo, nem de empreendedores apaniguados, por razões que dispensam explicações, em estabelecer programa de inserção no mercado de trabalho, as elites passaram a marginalizar os grupos desse segmento, que não ameaçavam o domínio branco no espaço comercial na capital do Rio Grande do Sul.

Sem organização nem conhecimento suficiente para enfrentar a nova situação, os ex-escravos mantiveram-se à margem da atividade econômica. Restou a circulação, pura e simples, por entre as bancas do Mercado e, posteriormente, a utilização do lugar como cenário para eventuais manifestações de natureza religiosa.

Na virada do século 19 para o 20, o Mercado Público de Porto Alegre era uma estrutura de agitada comercialização à beira do rio Guaíba. Em 1913, ganhou um segundo piso, por proposta do intendente José Montauray. A ideia da duplicação do prédio tinha dois objetivos: um estético e outro econômico (para “criar



Mercado de Porto Alegre: oferece produto demandados pelos consumidores da tradição africana

mais um aumento de receita”). No ano anterior, um grande incêndio destruiu as velhas bancas internas, de madeira. As bancas, para repor as que queimaram, foram entregues em 1915.

A atual aparência externa do Mercado Público é a mesma de 1913, há 102 anos. No início, o mercado ostentava furor comercial, durante a primeira década do século 20. Na época as charretes eram puxadas por cavalos e burros, que identificam, nas imagens, como funcionava o transporte urbano de mercadorias, segundo o Guia Histórico de Porto Alegre, de Sérgio da Costa Franco (Editora da UFRGS, Porto Alegre, 1998). O mercado continuava sem a participação relevante de representantes de comunidades de matriz africana nas atividades econômicas, como está até hoje.

ARTIGO

Alimentação e fé

**Tata Nguzetala**

Francisco, nome recebido no rito batismal católico em 1968, ano em que nasceu. Hoje, é conhecido com Tata Nguz'tala (pronuncia-se Gunzetala) recebido na iniciação no candomblé de Angola, raiz Tumba Junsara, em 1997, por por Tata Atirezim. É formado em pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB) e servidor do INSS.

“Tudo que se come faz parte do rito e do dia a dia da convivência com o sagrado. Daí, a discussão de segurança alimentar, tão defendida pelos povos tradicionais de matriz africana, fazer muito sentido”

Ritos de comunhão não são exclusividade de nenhuma tradição. O que se verifica é que eles estão na base da maioria das práticas religiosas. Um pão sagrado, uma bebida, uma fruta ou alimento são comuns a todas as grandes tradições. As práticas de fé com raízes ou influências de povos africanos não são diferentes, até porque como continente-mãe, a África é o berço das manifestações humanas.

Em relação às tradições originárias de vários povos africanos, o rito de comunhão com as divindades ou ancestrais vão muito além do alimento a eles ofertados. A ideia de que esta dimensão de vida continua comungando com as demais dimensões, faz com que a tradição de matriz africana seja muito mais do que o momento do ofertório. É um constante comungar. É o café da manhã, o lanche, o almoço, o jantar...

Tudo que se come faz parte do rito e do dia a dia da convivência com o sagrado. Daí, a discussão de segurança alimentar, tão defendida pelos povos tradicionais de matriz africana, fazer muito sentido. Tanto a base teológica quanto a prática incluem a sacralização do alimento, desde a produção até o consumo, ritual do cotidiano, igualmente sagrado, que perpassa todos os aspectos da vida.

Ter espaço e garantia de criação e plantação, ou pelo menos para o descanso e desintoxicação dos animais ou demais ingredientes, que serão alimento comum a todos da comunidade (ancestrais, divindades, humanos, a terra, as águas, os micro-organismos), é muito importante.

Qualquer sacralização alimentar é muito mais do que o sacrifício de um animal ou de um grão ou de uma folha. É o respeito à vida e às formas. Oferecer à divindade (Nkiisi/Orixá/Vodum) o que faz parte do seu cardápio diário não tem ligação com a ideia de troca ou barganha ou a busca de algum bem mágico, como supõe o senso comum. É a comunhão e o reconhecimento de que tudo que mantém o vivo vem do sagrado, e que todos os seres fazem parte desse complexo teológico, que reconhece esse princípio em todas as coisas.

Isso significa que o sagrado e o humano têm a mesma fonte de vida. Portanto, para que a vida possa se transformar em alimento, se comunga à fonte criadora a vibração eterna que a alma de forma efêmera.

O conceito de que só o vivo alimenta o vivo é compreendido como o equilíbrio de todas as espécies, sem violar o princípio da vida, pois ele vem de Nzambi e para Ele volta. Por isso o rito de sacralização de todos os alimentos.

As partes ou porções sagradas que são separadas nos altares (koxikama, ibás, assentamentos das divindades) faz com que possamos, além de comungar daquele alimento específico, alimentar o nosso corpo, ou seja, nos nutrimos integralmente com respeito máximo e o mínimo de sofrimento possível para os seres que usamos como refeição. Não é matar por matar.

Ao considerar que todas as coisas são originárias e fazem parte de um mesmo sistema que garante a vida no planeta, os alimentos mantidos nos locais de oferendas, que se degradam pela ação da vida microscópica, servem de alimento para outros seres e voltam aos rios, às matas e aos caminhos, renovando as energias vibratórias que perpassam todas as coisas. Esse ciclo faz com que outros organismos e outras formas de vida também comuniquem como o sagrado. É fertilizar o solo, comungar com todos daquilo que veio da terra, das águas, do ar, dos minerais e, assim, renovar esse ciclo. É se alimentar de fé

“Os alimentos mantidos nos locais de oferendas, que se degradam pela ação da vida microscópica, servem de alimento para outros seres e voltam aos rios, às matas e aos caminhos, renovando as energias vibratórias que perpassam todas as coisas”

Ngunzetala



MARCHA DAS MULHERES NEGRAS



Contra a violência, pelo bem viver

O Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana participa da Marcha das Mulheres Negras contra o “Racismo e a Violência e pelo Bem Viver”. A ação visa sensibilizar a sociedade para a luta pelo reconhecimento do seu protagonismo político e pela defesa do direito delas de viverem livres de discriminações, “assegurado em todas as etapas de nossas vidas”.

Diversas atividades estão sendo organizadas para 18 de novembro próximo, coincidindo com os tradicionais eventos do mês da Consciência Ne-

gra. Entre os principais objetivos das Marcha está o de fazer com que as pautas de reivindicações, construídas pelas líderes negras regionais, tenham centralidade nas políticas públicas país.

De acordo com a organização, todas as mulheres negras, “estejam onde estiverem nas cinco regiões do país”, estão convidadas a se integrarem à mobilização de novembro em defesa de própria cidadania. Para articular o movimento em todo país, as líderes do movimento estão apoiadas nos princípios constitucionais de liberdade de pensamento e de ação política.

Segundo a coordenação de mulheres do Fonsan-

potma, não haverá bem viver “se não assumirmos a soberania alimentar e defendermos, como poder, a produção e a preparação de alimentos”.

As mulheres negras somam 49 milhões, ou 25%, da população brasileira, e enfrentam as perversidades do racismo e do sexismo. As diversas faces da discriminação racial se apresentam por meio da di-

ficuldade de acesso aos serviços de saúde; da baixa qualidade do atendimento, aliada à falta de ações e de capacitação dos profissionais do setor às especificidades dos riscos aos quais as mulheres negras expostas; e da segurança pública cujos agentes decidem quem deve viver ou morrer pela omissão do Estado e da sociedade com as vidas negras.

“Sem círculo, sem horizontalidade e sem alimentar a todos seres vivos perdemos o bem viver”

Fonsanpotma

Motivações da Marcha



- Pelo fim do feminicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossa vida
- Pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a penalização dos culpados
 - Pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras
 - Pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho
 - Pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções
- Pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização da discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos
 - Pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é onde tiramos nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade
 - Pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana
 - Pela nossa participação efetiva na vida pública